



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO REGIONAL II - SANTO AMARO
15ª VARA CÍVEL
 AVENIDA DAS NACOES UNIDAS, 22939, São Paulo - SP - CEP
 04795-100
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1041490-81.2020.8.26.0002**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Maria da Graça Xuxa Meneghel**
 Requerido: **Carla Zambelli Salgado**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carolina Pereira de Castro**

Vistos.

MARIA DA GRAÇA XUXA MENEGHEL propôs **AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS EM RAZÃO DE PUBLICAÇÕES OFENSIVAS EM REDE SOCIAL** em face de **CARLA ZAMBELLI SALGADO** narrando que, em junho/2020, em uma entrevista “online” ao site da UOL, informou sobre os livros que lançaria partir de setembro, destacando o livro “Maya”, que possui conteúdo LGBTQIA+, procurando demonstrar o valor da diversidade desde a infância, já que o livro trata de uma menina, Marya, que tem duas mães. Ocorre que em 29/07/2020 a ré, deputada federal, utilizou suas redes sociais para mandar um recado a Xuxa Meneghel: “Deixe nossas crianças em paz”. A ré publicou um vídeo com críticas à autora com a hashtag #XuxaDeixeNossasCriançasEmPaz. E acrescentou: *“O alvo dessa teia de destruição de valores humanos não é mais você. Essa mira está apontada para a mente das nossas crianças! Sexualizar e instigar inocentes ao sexo pavimenta a pedofilia e a depravação. Não tenhais medo. Lute por elas conosco.”*

Afirma ser “cristalina a intenção da Ré de caluniar a Autora, imputando a ela crime que não cometeu, de forma a atingir a sua honra, daí porque a conduta da Ré deve ser reprimida, com sua condenação em indenização por danos morais.”, razão pela qual pleiteia a condenação da ré no pagamento de R\$ 150.000,00 a título de indenização por danos morais.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO REGIONAL II - SANTO AMARO

15ª VARA CÍVEL

AVENIDA DAS NACOES UNIDAS, 22939, São Paulo - SP - CEP
04795-100**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Citada, a ré apresentou contestação a fls. 57/70 sustentando que não se pode criminalizar a livre manifestação do pensamento e crença; que manifestou discordância com o conteúdo do livro que seria publicado pela autora, o que é direito de qualquer cidadão; que inexistiu lesão a direito da personalidade da autora; que as declarações da ré estão abarcadas pela imunidade parlamentar. Pugnou pela improcedência do pedido com aplicação de multa por litigância de má-fé em razão da alteração da verdade dos fatos.

Réplica a fls. 79/85.

Decisão saneadora a fls. 86/87.

As partes não requereram dilação probatória (fls. 89 e 91).

É o relatório. Fundamento e decido.

O pedido é improcedente.

Trata-se de ação indenizatória por dano moral em razão da seguinte manifestação da ré em uma rede social acerca de um livro que futuramente seria lançado pela autora:

“O alvo dessa teia de destruição de valores humanos não é mais você. Essa mira está apontada para a mente das nossas crianças! Sexualizar e instigar inocentes ao sexo pavimenta a pedofilia e a depravação. Não tenhais medo. Lute por elas conosco.”

Pois bem.

De início, ressalto que a ré não estava abrangida pela imunidade parlamentar ao se manifestar sobre o livro que seria lançado pela autora.

A imunidade material, também denominada "inviolabilidade parlamentar", está prevista no artigo 53, *caput* da Constituição Federal e expressa a inviolabilidade civil e penal dos deputados e senadores por suas opiniões, palavras e votos, neutralizando a responsabilidade do parlamentar nessas esferas.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO REGIONAL II - SANTO AMARO
15ª VARA CÍVEL
 AVENIDA DAS NACOES UNIDAS, 22939, São Paulo - SP - CEP
 04795-100
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A imunidade tem alcance limitado pela própria finalidade que a enseja. Cobra-se que o ato, para ser tido como imune à censura penal e cível, tenha sido praticado pelo congressista em conexão com o exercício do seu mandato. Apurado que o acontecimento se inclui no âmbito da imunidade material, não cabe sequer indagar se o fato, objetivamente, poderia ser tido como crime. Se a manifestação oral ocorre no recinto parlamentar, a jurisprudência atual dá como assentada a existência da imunidade. Se as palavras são proferidas fora do Congresso, haverá a necessidade de se perquirir o seu vínculo com a atividade de representação política.¹

Na hipótese dos autos a ré emitiu opinião acerca de um livro que sequer havia sido lançado e em uma rede social, agindo como uma cidadã, sem qualquer vinculação com o desempenho do mandato ou em razão deste.

Assim, resta perquirir se existente lesão a direito da personalidade da autora em razão da manifestação da ré.

Acerca da lesão a direito da personalidade consubstanciada em imputação de ofensa à honra, são pilares do Estado Democrático de Direito a liberdade de expressão e manifestação do pensamento, conforme dispõe o artigo 5º, incisos IV e IX, da Constituição Federal.

Doutrina e jurisprudência vêm reconhecendo que, por força da exposição natural inerente ao exercício de suas funções, as pessoas públicas sofrem relativização dos direitos da personalidade. Tratando-se de pessoa notória, há certa limitação ao seu direito de proteção à privacidade, visto tratar-se de figura pública, com vida social externada e por consequência, uma maior divulgação de sua atuação pela mídia, sendo impossível agradar a todos, sujeitando-o ao escrutínio do público, que pode acarretar insatisfação de parcela deste.

O comentário da ré em uma rede social – ainda que sobre um livro que sequer havia sido lançado - reflete a liberdade de expressão e a sua limitação pode ferir preceito constitucional e caracterizar censura, o que não é permitido.

¹ Gilmar Ferreira Mendes, Curso de Direito Constitucional, 4ª Edição, pág. 942.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO REGIONAL II - SANTO AMARO

15ª VARA CÍVEL

AVENIDA DAS NACOES UNIDAS, 22939, São Paulo - SP - CEP
04795-100

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

É cediço que pessoas públicas estão muito mais sujeitas a críticas.

A manifestação, ainda que possa demonstrar desconhecimento pela ré acerca da temática do livro que seria lançado pela autora, apenas fez uma crítica – seja boa ou ruim - à obra que seria produzida pela autora, o que apesar de denotar uma preocupação exacerbada com a educação sexual de crianças, não implica a ocorrência de lesão extrapatrimonial digna de nota.

Ainda que a crítica tenha sido contundente, tendo a ré explanado sua opinião e insatisfação, não foram utilizadas palavras de baixo calão ou aptas a atingir a vida pública da autora. Por certo que tais críticas acarretam aborrecimentos, mormente quando, de acordo com a autora, a intenção primordial do livro era chamar a atenção para a violência a que crianças são submetidas diuturnamente no Brasil. Contudo, trata-se de mera suscetibilidade e não há respaldo a reprimir a liberdade de expressão e de manifestação do pensamento da ré, não havendo sofrimento moral intenso a embasar o acolhimento da pretensão indenizatória. Neste sentido, a jurisprudência do Eg. Tribunal de Justiça de São Paulo:

OBRIGAÇÃO DE FAZER. RESPONSABILIDADE CIVIL. COMENTÁRIOS SUPOSTAMENTE OFENSIVOS VEICULADOS NA PÁGINA PESSOAL DO AUTOR NO FACEBOOK, EM RESPOSTA A PUBLICAÇÃO POR ELE PRÓPRIO DISPONIBILIZADA. PRETENSÃO DO DEMANDANTE À RETIRADA DE TAL CONTEÚDO, E BEM AO FORNECIMENTO DOS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DOS USUÁRIOS EM QUESTÃO. INADMISSIBILIDADE. CRÍTICAS E MANIFESTAÇÕES DIRIGIDAS CONTRA O AUTOR, ENQUANTO PESSOA PÚBLICA, E EM RESPOSTA À OPINIÃO QUE ELE PRÓPRIO EXTERNALIZOU, COM NÍTIDA FINALIDADE DE POLEMIZAR O TEMA EM APREÇO. MANIFESTAÇÕES QUE, CONQUANTO IGUALMENTE VAZADAS EM LINGUAGEM POR VEZES CHULA, ACHAM-SE INSERTAS NO ESCOPO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE LIVRE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO. EXCESSO QUE SE MOSTROU INCAPAZ DE AFETAR SOBREMANEIRA A HONRA DO AUTOR. AUSÊNCIA, POIS, DE LESÃO EXTRAPATRIMONIAL DIGNA DE NOTA, O QUE AFASTA A PRETENSÃO À RETIRADA DO CONTEÚDO DO AR OU, AINDA, AO FORNECIMENTO DOS DADOS IDENTIFICADORES DOS USUÁRIOS, QUE SÃO EM REGRA SIGILOSOS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. (TJSP; Apelação Cível 1133356-12.2016.8.26.0100; Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO REGIONAL II - SANTO AMARO

15ª VARA CÍVEL

AVENIDA DAS NACOES UNIDAS, 22939, São Paulo - SP - CEP
04795-100

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

(a): Vito Guglielmi; Órgão Julgador: 6ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 38ª Vara Cível; Data do Julgamento: 01/08/2019; Data de Registro: 01/08/2019).

INDENIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL. INOCORRÊNCIA. PUBLICAÇÃO VEICULADA EM REDE SOCIAL, DE CONTEÚDO SUPOSTAMENTE DESABONADOR A DEMANDANTE. AUSÊNCIA, TODAVIA, DE VULNERAÇÃO A DIREITOS DA PERSONALIDADE. OPINIÃO PESSOAL, E DE TEOR CRÍTICA, QUANTO À POSTURA E GESTÃO DA PRESIDÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO REALIZADAS PELA DEMANDANTE. EXERCÍCIO DO DIREITO AO LIVRE PENSAMENTO E À LIBERDADE DE EXPRESSÃO. AUSÊNCIA DE ABALO À HONRA. AÇÃO IMPROCEDENTE. RECURSO DESPROVIDO. (0002706-26.2012.8.26.0360, Relator(a): Vito Guglielmi; Comarca: Mococa; Órgão julgador: 6ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 11/08/2016; Data de registro: 12/08/2016).

Logo, quanto à pessoa pública, não tem ela a mesma proteção jurídica com críticas à sua conduta. Somente quando houver nítido abuso da liberdade de expressão pela divulgação maliciosa de fato inverídico cogitar-se-á de lesão à honra.

De mais a mais, além de o propósito de debater ou criticar ser amplo, não se pode perder de vista que atualmente a *internet*, com suas redes sociais, deu voz a todo e qualquer tipo de manifestação, aumentando a velocidade de divulgação de notícias e opiniões, tornando-se lugar comum a emissão de críticas assertivas e eventualmente hostis ou pouco inteligentes, ainda mais em se tratando de pessoas públicas, como na hipótese. Admitir-se responsabilização civil em casos como o destes autos seria, em última análise, censurar tudo e todos.

Finalmente, não se cogita de litigância de má-fé, pois inexistente alteração da verdade dos fatos, tendo havido a defesa de uma tese jurídica.

Diante do exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido, extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO REGIONAL II - SANTO AMARO

15ª VARA CÍVEL

AVENIDA DAS NACOES UNIDAS, 22939, São Paulo - SP - CEP
04795-100

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Sucumbente, condeno a autora ao pagamento de custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor da causa, nos termos do artigo art. 85, §2º, do Código de Processo Civil.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (art. 1.010 do CPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Assim, se o caso, desde já autorizo a remessa dos autos ao Eg. Tribunal de Justiça, para apreciação do recurso interposto.

Após o trânsito em julgado, publique-se ato ordinatório na forma do §1º do art. 1.286, das NSCGJ, aguardando-se por trinta dias eventuais providências pelo credor.

Decorrido, nada mais sendo requerido, remetam-se os autos ao arquivo, depois de feitas as devidas anotações e comunicações de praxe.

Publique-se. Intimem-se. Dispensado o registro (Prov. CG nº 27/2016) e o cálculo de apuração do preparo recursal (Comunicado CG nº 916/2016).

São Paulo, 26 de julho de 2021.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**